

2

As Instituições e a conservação da virtù em Maquiavel

2.1

Liberdade

Para Maquiavel, como já se viu anteriormente, só pode se dizer que um povo era realmente livre se ele for soberano¹ e se autogovernar². Neste tópico iremos centrar nossa análise apenas na vertente da liberdade que diz respeito ao autogoverno, ou seja, tentará se demonstrar o que Maquiavel entende como um povo livre na sua relação com a forma de governo.

Maquiavel, nos *Discursos*, se mostra completamente adepto do regime republicano, onde a liberdade é o valor principal a se defender. Diante disso, afirma que, quem ordenar uma república, deve ter como maior preocupação fazer com que suas leis e instituições sejam voltadas para a preservação daquele valor.

Confira-se as palavras do secretário florentino:

Todos os que com prudência constituíram repúblicas, entre as coisas mais necessárias que ordenaram esteve a constituição de uma guarda da liberdade: e, dependendo do modo como esta seja instituída, dura mais ou menos tempo aquela vida livre.³

Além disso, pode-se extrair de diversos trechos dos *Discorsi*, que Maquiavel tinha nítida preferência pelo governo popular em detrimento ao de um príncipe. Apenas a título de exemplo, pode-se citar a seguinte passagem:

(...) há e houve muitos príncipes, mas bons e sábios houve poucos (...)
(...) há muitos outros, quer entre os outros tiranos e príncipes, nos quais se vêem inconstâncias e mudanças de comportamento [*variazioni di vita*] que não se vêem em multidão alguma.(...)
(...) mostramos que os povos são menos ingratos que os príncipes. Mas, quanto à prudência e estabilidade, digo que o povo é mais prudente, mais estável e de mais

¹ Não sofresse qualquer interferência de outras cidades ou países no seu governo.

² Por autogoverno entende-se o regime em que o próprio povo exerce os cargos governamentais.

³ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 23 1ª ed.

juízo que um príncipe. E não é sem razão que se compara a voz do povo à voz de Deus(...) ⁴

Assim, já se vai fortalecendo uma imagem completamente diferente daquela que se costuma atribuir a Maquiavel, de defensor da tirania e da opressão. No entanto, a teoria desse pensador é mais libertária e democrática do que se imagina.

Maquiavel não se contenta em afirmar que a liberdade era o principal valor da república e que o governo do povo era melhor que o da tirania. Ao interpretar os *Discursos* se pode perceber que a forma desse governo popular, lá defendida, não era aquela formada por pequenos conselhos aristocráticos para representar o povo.

Aqueles governos onde a nobreza, a pretexto de ter mais conhecimento que o povo, exerce uma *pseudo*-representação deste nas casas legislativas. Fato que, historicamente, lembra a velha fábula onde a classe dominante da sociedade prega que é a mais preparada para exercer os interesses de todos e, por isso, por estar bem representado, o povo não precisa se preocupar com a política.

Maquiavel repudia esses regimes opressores, até por saber que nesses casos, nada mais se faz além de manter o *statu quo*. São grandes exemplos disso as repúblicas de Esparta e de Veneza. O secretário florentino é claro ao dizer que a república Romana é superior a república de Veneza, onde vigia uma república em que os nobres “davam as cartas”. A outro giro, a república Romana depositava o poder nas mãos do povo.

Confira-se as palavras de Maquiavel:

E no fim, quem examinar tudo suficientemente chegará a está conclusão: ou se pensa numa república que queira fazer um império, como Roma, ou numa à qual baste manter-se. No primeiro caso, é necessário fazer tudo como Roma; no segundo, pode-se imitar Veneza e Esparta (...) ⁵

Como se vê, o pensador político conclui que somente em uma república, onde o poder está nas mãos do povo, é que se pode ter um império. No entanto,

⁴ MAQUIAVAL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 167, 169/170 1ª ed.

⁵ Ibid; p. 25.

caso se queira formar uma oligarquia, a única coisa que se conseguirá é manter a ordenação daquela comunidade.

E isso se explica facilmente se se voltar o olhar para as relações externas das repúblicas. Uma república não era um ponto isolado de outras comunidades políticas, de forma que sempre havia certa tensão entre elas, ou seja, a vontade dos regimes conquistadores de subjugar e, por outro lado, o medo de todas as sociedades políticas de serem invadidas por forças estrangeiras e, assim, perder sua liberdade.

Diante disso, uma república para se utilizar de sua potência e ser forte nas relações externas precisava ter uma força militar forte, caso contrário ficaria jogada nas garras da fortuna. Conforme defende Maquiavel no capítulo 21, do livro I, dos *Discorsi*, para que uma república tivesse um exército de respeito era preciso que se armasse com tropas compostas de seus próprios cidadãos.

No entanto, para que a milícia fique grande e forte o suficiente, não é possível utilizar apenas os nobres, porque estes, em uma cidade, são de número muito inferior ao da plebe. O que ocorre é que, usando o povo no exército, dando-lhe armas, isso acabava fazendo com que este se sentisse investido de cidadania.

Afinal, a relação entre o serviço militar e a cidadania é evidente, tendo em vista que a maior contribuição que o cidadão pode dar à sua pátria é ceder parte do seu tempo para servir o exército, sendo que, através deste, o soldado cidadão arrisca sua vida, seu maior bem, pela sua pátria.

Desta forma, quando se arma o povo, este além de ter o poder das armas, passa a se sentir tão cidadão quanto os nobres. Por esse motivo, o povo acaba causando tumultos e reivindicando mais participação política na república. Com as revoltas do povo armado e, ainda, a necessidade que a república tem de lhe manter no exército acaba tornando inevitável a sua conquista do direito de participação política.

Assim, se por um lado o povo no exército torna a república forte nas relações externas e, no que diz respeito a essas, menos dependente da fortuna, por outro, nas relações internas, acaba por abrir espaço na arena política para a

participação do povo e, também, para que se gere conflitos entre estes e a nobreza no que diz respeito às ordenações da comunidade.

Segundo Maquiavel explica no capítulo supra mencionado, para evitar os conflitos só há um caminho, qual seja, formar uma república aristocrática e impedir a participação do povo no exército. No entanto, tal fato, apesar de trazer estabilidade interna por deixar o povo sob o domínio da aristocracia, acaba por deixar a república completamente jogada nas garras da fortuna no que depender das relações externas.

Diante disso, tem-se, então, duas situações, quais sejam, ou se faz uma república expansionista e grandiosa como Roma ou se faz repúblicas como Esparta e Veneza, as quais, apesar de terem estabilidade interna, eram frágeis nas relações externas e, só duraram tanto tempo em razão de grande fortuna, ou seja, por terem sido fundadas em um ponto geográfico que não trazia ameaças externas do porte que Roma sofria.

Nesta linha é o pensamento de Newton Bignotto:

(...) Veneza. Assim, é a essa república que ele dirige seus primeiros ataques, mostrando que seu sucesso é resultado de uma posição geográfica única e do fato de que a nobreza foi constituída por todos os seus primeiros habitantes, não havendo motivo para que os conflitos de grupos marcassem desde o início sua história.(...) Quanto a Esparta, assegurando a igualdade de fortunas e impedindo a entrada de estrangeiros, ela pôde se manter igual a si mesma por muitos séculos.(...)

Fazer de Roma uma república pacífica, era preciso ou bem não usar o povo no exército, ou bem evitar a entrada dos estrangeiros. (...) **Veneza e Esparta que pareciam produto de uma prudência superior, revelam-se fruto privilegiado do acaso.**⁶(grifou-se)

Pocock conclui no mesmo sentido:

Esparta e Veneza não escaparam do domínio da fortuna; por defenderem sua independência, elas foram levadas a dominar seus vizinhos e essa tarefa foi demais para a elite militar de Esparta bem como para os mercenários empregados por Veneza. De fato, isso destruiu a constituição interna de Esparta e Maquiavel simplesmente não se surpreenderia se a mesma coisa acontecesse em Veneza. Uma república que podia evitar qualquer contato com seus vizinhos poderia limitar seu exército e viver numa estabilidade aristocrática para sempre, mas como isso não pode ser feito, rejeitar a expansão seria expor-se à sorte sem procurar dominá-la.(...)⁷

⁶ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*; São Paulo; Edições Loyola; 1991 p. 92/93

⁷ Trecho livremente traduzido da seguinte parte do original: (...) Sparta and Venice did not escape the domain of fortune; from defending their independence, they were led to dominate their

Não bastasse a constatação do secretário florentino de que uma república por excelência, como foi Roma, precisa da participação popular em sua gestão, ele ainda afirma mais no capítulo V, livro I, dos Discursos. Maquiavel, neste capítulo, vai mais longe dizendo que a guarda da liberdade de uma república deve ser depositada no povo.

Veja-se as palavras de Maquiavel:

E, indo às razões, direi, vendo primeiro o lado dos romanos, que se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la, E sem dúvida, se considerarmos o objetivo dos nobres e dos plebeus [*ignobili*], veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres (...); de tal modo que, sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles apoderar-se dela, não permitirão que os outros se apoderem.⁸

Ao atribuir a guarda da liberdade ao povo, na verdade, Maquiavel está a dizer que o governo, e o exercício dos cargos (magistraturas), deve poder ser preenchido por qualquer cidadão, sem distinção. Isso porque, não há como o povo proteger a liberdade se não lhe for permitida a participação na vida política.

Esse é o pensamento de Helton Adverse:

Mas o que significa, praticamente, estar imbuído da tarefa de guardar a liberdade? No nível institucional, significa dispor de autoridade para, por meio de seus representantes, exercer importantes magistraturas e, no exercício dessas magistraturas, o povo não deverá visar a dominação.(...) Ser guardião da liberdade implicava, portanto, o direito de exercer o poder, seja por via representativa, seja por via direta.⁹

Essa liberdade toda defendida por Maquiavel na república, como se viu no capítulo sobre a *virtù* nos *Discorsi*, se dá por motivos objetivos e, não, por uma

neighbors and this task proved too much for the Spartan military elite as for the mercenaries employed by Venice. Indeed, it destroyed the internal constitution of Sparta, and Machiavelli plainly would not have cared if the same thing happened to Venice. A republic which could avoid contact with neighbors might limit her arms and live in aristocratic stability for ever; but since this cannot be done, to reject expansion is to expose oneself to fortune without seeking to dominate her(...) . POCOCK, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 198

⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 24 1ª ed.

⁹ ADVERSE, Helton, *Artigo: Maquiavel, a república e o desejo de liberdade*, Trans/Form/Ação vol.30 no.2 Marília 2007

opção subjetiva do autor italiano. Assim é que a liberdade exercida nos laços de comunidade da república produz um regime político muito mais potente.

Para manter a república, entretanto, o principal é que os cidadãos da república mantenham os seus laços de comunidade, o que só é possível se se preservar a *virtù* nas instituições republicanas. Passa-se, doravante, a se fazer uma análise das principais instituições necessárias para a existência da república popular.

2.2

Igualdade

Dessa construção, de participação popular no governo, chega-se a idéia de igualdade. Ora, se só se poderá preservar a liberdade através de sua guarda pelo povo e, se isso só é possível através da democratização do exercício das magistraturas, só se pode concluir que só haverá liberdade se houver igualdade política e, no mínimo, certa paridade social.

Igualdade, porque a todos seria possível acessar os cargos públicos e, ainda, a todos seria possível ganhar as honras e glórias por grandes feitos à sua pátria. Isso se pode extrair de diversos trechos dos *Discursos*, onde se afirma constantemente que não se deve negar a possibilidade dos homens de *virtù* servirem à república, pouco importando a sua classe de origem e outros fatores discriminadores.

Tanto assim que o capítulo 28, do Livro III, dos *Discursos* afirma que a república, em hipótese alguma, deve negar as honras àqueles que fazem grandes feitos através de funções ou cargos públicos, confira-se:

Por isso, é preciso examinar os modos como eles (os cidadãos) ganham reputação; e esses modos são dois: públicos ou privados. No modo público, o cidadão, aconselhando bem e agindo melhor em prol do bem comum, granjeia reputação. A essa honra os cidadãos devem encontrar os caminhos abertos, oferecendo-se prêmios aos conselhos e às obras, para que com eles obtenham honra e satisfação.

(...) A república bem ordenada deve, portanto, abrir caminhos, como dissemos, a quem busca favores por vias públicas(...) ¹⁰

No que tange a todos terem acessos aos cargos públicos, inclusive o maior cargo executivo em Roma, o de Cônsul, afirma que aquela república só teve tanto sucesso devido à ausência de distinção para concedê-lo, exigindo-se, apenas, *virtù*:

(...) vê-se que, depois que a plebe teve acesso ao consulado, a república romana concedeu esse cargo aos seus cidadãos sem consideração de idade ou de sangue; até porque em Roma nunca se considerou a idade, mas sim a *virtù*, seja em jovens ou em velhos.

(...) Valério disse que o consulado era recompensa pela virtude, não pelo sangue.

(...) E, quanto ao sangue, foi feita essa concessão por necessidade; e a necessidade que houve em Roma teria havido em qualquer cidade que quisesse ter o êxito de Roma, como doutra vez se falou: porque não se pode impor rigor aos homens sem prêmio, e não se pode privá-los da esperança de conseguir o prêmio sem incorrer em perigo. ¹¹

Pela leitura do capítulo 55, do livro I, dos Discursos, vê-se como é grande a preocupação de Maquiavel com a igualdade, pois ele não se contenta com a ausência desta em uma república. Isso fica claro na sua crítica aos *gentis-homens*. Estes, na concepção do secretário florentino, são aqueles que:

(...) vivem ociosos das rendas de suas grandes posses, sem cuidado algum com o cultivo ou com qualquer outro trabalho necessário à subsistência. Esses são perniciosos em todas as repúblicas e em todas as províncias, porém mais perniciosos são aqueles que, além de terem as fortunas de que falamos, comandam em castelos e têm súditos que lhes obedecem.(...) tais tipos de homens são totalmente inimigos da civilidade.” ¹²

Como se viu, não pode sobreviver a república, um regime de igualdade política, onde existam homens de grande poder sobre os outros. Os *gentis* homens que moram em castelos têm sob sua autoridade vários trabalhadores em posição de submissão. Esses trabalhadores, por não terem um mínimo de condições sociais, são praticamente subjugados pelos *gentis-homens*.

Não é possível que um cidadão nessa situação possa se sentir integrado na república, pois ele não tem um mínimo de autonomia e nem cidadania. Não é por

¹⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 407 1ª ed

¹¹ Ibid. p. 175/176.

¹² Ibid; p. 161.

outro motivo que Pocock afirma que, para que se possa falar em república, o cidadão deve ter um mínimo igualdade:

a República não corrupta deve ser um estado sem dependências militares e uma característica de "igualdade" deve ser a que todos são guerreiros iguais. Deve haver condições políticas que permitam o armamento de todos os cidadãos, condições morais pelas quais todos estão dispostos a lutar pela República e condições econômicas (ausentes, no caso de retentores) que dão ao guerreiro uma casa e uma ocupação, que não seja no campo, e evitam que ele se torne um *suddito creato* ou um mercenário cuja espada está sob o comando de um indivíduo poderoso. A independência econômica do guerreiro e do cidadão são pré-requisitos contra a corrupção.¹³

Aprofundando na questão da igualdade, Maquiavel afirma que "as repúblicas bem-ordenadas devem manter rico o público e pobres os seus cidadãos(...)".¹⁴ Interpretando em conjunto os trechos anteriores com esta citação do secretário florentino, percebe-se que ele entende que uma república só é viável se houver certa proximidade material de posses.

Segundo se entende, Maquiavel não pretende uma igualdade absoluta entre os cidadãos, mas, pelo menos, uma proximidade de posses. Ora, pelo que se depreende da obra de Maquiavel, vê-se que a vultosa riqueza de um homem gera a cobiça dos outros e a ambição por parte daquele que tem o grande patrimônio.

Segundo Maquiavel "os homens são desejosos, em parte porque querem ter mais, em parte por temer perder o que conquistaram, chegam à inimizade ou à guerra, da qual decorre a ruína de uma província(...)".¹⁵

Esses sentimentos desestabilizam, totalmente, o sentimento de cidadania que é essencial à república, porque aqueles que têm pouco começam a esquecer seus deveres como cidadão e a querer se igualar em posses aos grandes, ou seja, colocar o interesse privado acima do público. De outro lado, aquele que tem muito

¹³ Trecho livremente traduzido da seguinte parte do original: (...) the uncorrupt republic must be a state lacking military dependencies and one characteristic of "equality" must be the all are warriors alike. There must be the political conditions which permit the arming of all citizens, the moral conditions in which all are willing to fight for the republic and the economic conditions (lacking in the case of a lord's retainers) which give the warrior a home and occupation outside the camp and prevent his becoming a *suddito, creato*, or mercenary whose sword is at command of a powerful individual. The economic independence of the warrior and the citizen are prerequisites against corruption.(...) . POCOCK, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 210

¹⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 113 1ª ed

¹⁵ Ibid.

fica ganancioso e se só pensa em aumentar sua riqueza e seu poder, elevando seu interesse acima dos da comunidade.

Diante disso, se se quer uma república realmente livre e que mantenha integrados os seus cidadãos é mister que as ordenações desta república preservem um mínimo de igualdade entre os seus cidadãos. Para isso, como se verá, se dependerá de três mecanismos. São eles as leis, a religião e as armas.

2.3

Leis-Religião

Como já se viu anteriormente, após a fundação da república é preciso ordená-la para garantir a sua estabilidade no tempo contra as garras da fortuna, o que se consegue através da preservação da igualdade, da liberdade e da busca pelo bem comum dos cidadãos.

Essa conservação da república no tempo, como já tratado quando se falou da *virtù* nos Discursos, é feita através da educação dos habitantes da república para implantar em todos o sentimento cívico. A educação seria feita pelas leis, pela religião e, em última instância, pelas armas.

Sobre a finalidade educadora das leis vale citar Gramsci:

Se todo Estado tende criar e manter um certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e das outras instituições e atividades) e deve ser elaborado para ficar conforme tal finalidade (...) ¹⁶

Aqui é bom deixar claro que Maquiavel, em momento algum pretende tornar os homens “bons” com esses métodos. Na verdade o que ele pretende produzir é o bom cidadão, o que é diferente. Sobre o tema é proveitosa a explicação de José Luiz Ames:

Podemos dizer que as virtudes cívicas cultivadas pela educação fazem de alguém um bom cidadão e não um homem bom. Um "bom cidadão", para Maquiavel, é alguém com hábitos de vida simples, coragem, patriotismo, disposição ao sacrifício pelo bem comum, etc. Um "homem bom", por sua vez, é aquele que

¹⁶ GRAMSCI, Antonio; *Cadernos do Cárcere*, Volume 3; Civilização Brasileira; 2000; p. 28.

possui um conjunto de qualidades morais em grau de excelência, tais como honestidade, senso de justiça, retidão de caráter, piedade, etc. Não há relação necessária entre as duas "bondades": é possível ser honesto, íntegro, justo, fiel e, no entanto, ser incapaz de sacrificar-se pelo bem público, de assumir os encargos públicos como tarefa sua.¹⁷

Visto isso é de se ressaltar que, conforme afirma Maquiavel no capítulo 3, do livro I, dos discursos, os homens não costumam fazer o bem, salvo quando por questão de necessidade. E o secretário florentino diz isso ao contar, nesse mesmo capítulo, a história dos Tarquínios. Diz Maquiavel que:

Quando os Tarquínios foram depostos, parecia haver em Roma uma enorme união entre plebe e senado; e pareceu que os nobres tinham renunciado à soberba (...). Permaneceu oculto o engodo enquanto (...), enquanto os Tarquínios viveram, pois a nobreza, por temer e recear que a plebe maltratada se aproximasse deles, portava-se humanamente (...): contudo, assim que os Tarquínios morreram os nobres (...) começaram a cuspir na plebe o veneno que haviam guardado no peito (...)¹⁸

O autor italiano conta essa história para concluir que quando a necessidade não existe, é preciso criá-la. Isto seria feito a partir das leis. As leis teriam a finalidade de prescrever a conduta adequada e punir exemplarmente aqueles que a descumprissem. Dessa forma, com a edição das leis se conseguiria fazer instaurar na cidade o mesmo “terror” da época dos Tarquínios.

Assim, a lei imporia a necessidade aos cidadãos de agirem para a promoção do bem comum e, com isso, ao mesmo tempo educaria todos aqueles que não agiriam dessa forma sem a existência dela. Newton Bignotto interpreta exatamente nesse sentido, quando diz que “Em Maquiavel (...), as leis ocupam o lugar que os Tarquínios ocupavam enquanto vivos: o lugar original da morte que faz com que os homens desejem algo além de seus interesses pessoais.”¹⁹

Outro ponto em relação as leis diz respeito aos conselhos que Maquiavel dá quando elas vão ser editadas, ou seja, quando o povo vai elaborá-las, para que sejam boas e consigam preservar a *virtù* na república é preciso “pressupor que

¹⁷ AMES, José Luiz; *Artigo: Maquiavel e a educação: a formação do bom cidadão*; trans/Form/Ação vol.31 no.2 Marília 2008

¹⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 20 1ª ed

¹⁹ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*; São Paulo; Edições Loyola; 1991 p. 84

todos os homens são maus e que usarão a malignidade de seu ânimo sempre que para tanto tiverem a ocasião”²⁰.

Com isso Maquiavel quer dizer que se deve pressupor que os homens são maus para que se faça as leis de forma que elas antevejam e previnam qualquer tipo de engodo ou má-fé. Dessa forma as leis seriam mais eficazes para proteger a república daqueles cidadãos que realmente fossem maus.

E, conforme estudo de Newton Bignotto²¹, aqui é bom esclarecer que com isso não se quer dizer que Maquiavel via a natureza humana como má. Na verdade, a lei só deve prever isso para se preparar para lidar com as pessoas que forem más. Como é cediço, não é preciso de leis para bons cidadãos, de forma que a lei deve ser feita pensando nos maus, sob pena de inutilidade.

Diante disso Newton Bignotto defende que, segundo a melhor interpretação de Maquiavel, os homens não seriam nem bons nem maus, isto é, o secretário florentino entendia que a natureza do homem é vaga de forma que não se pode fazer um juízo sobre a sua natureza.

Assim, nesse ponto pode se diferenciar a teoria de Maquiavel da de Hobbes, tendo em vista que este, para construir sua teoria política, partia da noção antropológica da natureza má do homem.

É válido apenas trazer breve citação de Bignotto sobre o tema:

Com essa observação, abrimos um campo de investigação que faz convergir a busca por uma nova filosofia política e a ação dos grandes legisladores. Nos dois casos, o universo dentro do qual agem o filósofo e o legislador é eivado de perigos. Considerar os homens maus e dispostos a agir com perfídia na cena pública é uma maneira de diminuir a zona de influência da *fortuna*, que com frequência se serve da instabilidade da natureza humana, para realizar seus desígnios. Mas isso é apenas um cálculo e não uma descrição de nossa natureza. No fundo, a dificuldade em descrever corretamente o ser humano vem do fato que em geral não somos nem muito bons e nem muito maus. Cada um de nós hesita numa condição intermediária, na qual a variedade de nossos sentimentos, desejos, e medos, faz com que tenhamos um comportamento errático, que torna quase impossível saber como reagiremos em cada situação. Num trecho notável Maquiavel afirma: “Conclui-se que os homens não sabem ser nem perfeitamente

²⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 20 1ª ed

²¹ BIGNOTTO, NEWTON, *Artigo: A Antropologia Negativa de Maquiavel*, Revista Analytica, Vol. 12, nº 2, 2008.

bons, nem criminosos com grandeza e que, quando uma maldade possui em si grandeza, ou é parcialmente generosa, eles não sabem praticá-la”.²²

Após várias outras considerações de relevo Bignotto conclui que:

(...)Isso não quer dizer que não tenhamos uma natureza, mas sim que ela é por demais complexa e submetida ao fluxo do tempo, para ser apreendida com a enumeração de alguns traços e qualidades antropológicas bem definidas, sejam elas quais forem. Por isso, os legisladores, e os que quiserem compreender a política, não podem se deixar levar pelas considerações, mesmo as mais sábias, sobre a natureza humana. Elas serão sempre insuficientes, para evitar nossos erros de julgamento e o impulso de nossos desejos. Transformá-las em um dos problemas a ser resolvidos provavelmente só conduz o homem político a entrar num labirinto de questões e problemas de alta complexidade e de difícil solução.²³

Antes que se levante a questão é de se ressaltar que tudo o que Bignotto defende em seu artigo não é incompatível com a frase de Maquiavel que citamos acima e que diz que os homens só fazem o bem por necessidade. Na verdade, não fazer o bem não é a mesma coisa que fazer o mal. É certo que um homem, por exemplo, pode deixar de ajudar o outro não por querer seu mal, mas por ser indiferente. Outro caso é quando alguém deliberadamente deseja prejudicar o outro. Só no segundo caso se pode ver um ato de maldade.

Demais disso, o trecho de Maquiavel que Bignotto colaciona no fim da sua primeira citação sobre o tema, é bem claro ao mostrar que o autor italiano diz que os homens não são bons nem maus.

Assim, não é tranqüilo, como muitos afirmam, o fato de Maquiavel ver o homem mau por natureza. A teoria de Bignotto é robusta e, por ser de relevo e conexa com a questão das leis, resolvemos fazer um breve desvio para comentar a esse respeito.

Mas, voltando ao rumo a que se liga o objeto deste tópico, cabe dizer que mostrou-se antes que as leis sozinhas não são capazes de cumprir o papel da educação e de criar bons costumes cívicos. Ao lado e, mais importante do que elas, Maquiavel coloca a religião como meio de educar, pois, de acordo com a citação no capítulo sobre *virtù* nos Discursos, os homens temem mais ao castigo de Deus do que o das próprias leis.

²² BIGNOTTO, Newton, *Artigo: A Antropologia Negativa de Maquiavel*. Revista Analytica, Vol. 12, nº 2, 2008.

²³ Ibid.

A visão de Maquiavel sobre a religião é de que ela é um instrumento posto a favor da cidadania e da república. Sua utilidade é fazer regras de conduta para as pessoas que as estimulem assumir mais deveres cívicos. Mas não só pelo lado do temor a religião é importante, mas também da recompensa, tendo em vista que ela pode prever ser bom “espiritualmente” aquele homem que praticar grandes feitos em favor da república.

Confira-se as palavras do autor italiano:

Numa; este, encontrando um povo indômito e desejando conduzi-lo a obediência civil com as artes da paz, voltou-se para a religião, como coisa de todo necessária para se manter uma cidade [*civilità*]; e a constituiu de tal modo que por vários séculos nunca houve tanto temor a Deus quanto naquela república(...) ²⁴

Maquiavel, quando fala da religião no capítulo 11, do livro I, dos *Discorsi* saúda Numa, o criador da religião Romana, como se fosse um grande “legislador”. Maquiavel fala que Numa “(...)simulou ter intimidade com uma ninfa, que lhe aconselhava aquilo que ele deveria aconselhar ao povo: e tudo porque ele queria criar ordenações novas e inusitadas naquela cidade, mas desconfiava que sua autoridade não bastava” ²⁵.

Assim a religião civil ajuda a reforçar as leis e dar força à cidadania, no entanto a religião tem um poder muito mais forte que as leis civis. Isso porque, segundo Maquiavel, o temor a Deus é maior do que ao homem. A religião é também uma alternativa melhor que as armas, às quais as leis estão diretamente vinculadas. As armas só criam uma solução temporária e por curto prazo, porque aquele que está sendo coagido continua buscando meios de se libertar. Já a religião, como se vê pelas próprias palavras do secretário, faz com que suas “regras” durem por mais tempo por força da crença que cria nas pessoas.

Sobre o tema discorre

O problema político do sucessor de Rômulo era o de "reduzir" seu povo "à obediência civil". Fazê-lo, porém, com a força que provém da "ferocidade" não apenas resultaria em algo puramente provisório, mas criaria rapidamente um movimento cujo termo final seria a dissolução da sociedade. Isso porque, no âmbito de uma coletividade política, a força enquanto tal somente pode ser a da

²⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 49 1ª ed

²⁵ Ibid.; p. 50 1ª ed

maioria, enquanto a obediência necessária ao *vivere civile* pode ser devida unicamente a uma minoria. Portanto, para garantir à comunidade política coesão e duração, o fundamento da obediência precisa ser buscado em algo diverso da força.²⁶

Jose Ames destaca, ainda outro aspecto interessante da religião, que é:

(...) sobretudo, útil quando os argumentos racionais são impotentes para convencer os homens. É o caso, por exemplo, daquelas coisas "cuja vantagem são conhecidas por um homem prudente, mas que não apresentam em si mesmas razões evidentes que possam persuadir os outros. Por isso, os homens sábios, querendo evitar essa dificuldade, recorrem a Deus" (*Discorsi* I, 11).²⁷

Não é por outro motivo que elogia a religião dos Romanos, pois, segundo ele, por engrandecer os homens que praticavam os grandes feitos para a cidade, enobrecendo a coragem e outros valores mundanos, ela fazia com que os homens criassem um apetite para buscar conquistas notórias para a república.²⁸

Diante disso, Maquiavel afirma que uma religião é crucial para um povo. Isso porque, tal religião ajudaria a população a desenvolver os seus valores cívicos, o que seria um incentivo à busca do bem comum. Mas para isso, a religião deveria ser cívica, ou seja, deveria buscar valorizar e engrandecer os homens que fizessem grandes feitos em prol da república e de seus pares.²⁹

Destarte, mesmo no plano da religião, o secretário florentino não abandonou o plano da imanência, mantendo sempre sua análise no campo do real. Tencionou, então, uma construção totalmente humana da política e da república. Para Maquiavel a religião é uma criação puramente humana e que é posta como instrumento da política para incentivar a integração e cidadania da população.

Não é por outro motivo que José Luiz Ames afirma “que, para Maquiavel, não há a menor dúvida de que a origem da religião é puramente humana e possui, como toda instituição, fundadores e chefes.(...)” e, por isso, “(...) a religião

²⁶ AMES, José Luiz; *Artigo Religião e política no pensamento de Maquiavel*; Kriterion: Revista de Filosofia; nº 113, Belo Horizonte, 2006

²⁷ Ibid.

²⁸ Ver capítulo 3, do livro II, dos *Discursos*

²⁹ Ver capítulo 2, do livro II, dos *Discursos*

também está sujeita às leis de nascimento, desenvolvimento e morte que determinam todos os elementos criados(...)”³⁰.

Por fim, é de se dizer, mais uma vez, que a religião, assim como as leis, sozinha não é capaz de garantir a conservação da república, porque “(...) todos os profetas armados vencem, enquanto os desarmados se arruínam”³¹.

2.4

O Povo em Armas

No momento da fundação de uma nova república as armas são fundamentais, tanto na conquista, como depois na manutenção desta. Afinal, como se demonstrou anteriormente, após a fundação, por muitos terem sido prejudicados pela nova ordem, se terá um grande período de instabilidade, onde as leis e a religião sozinhas não conseguirão conservar a república.

Desta forma, é crucial que quando as leis e a religião falharem se tenha as armas, pois aqueles que não acreditarem nas duas primeiras, deverão crer com a força da espada. Além disso, as armas, através do exército, como se defenderá neste tópico, servem como grande fonte de educação cívica para os cidadãos.

Como se viu no capítulo 1, Maquiavel, tanto no *Príncipe*, quanto nos *Discursos*, condena veementemente a utilização de tropas mercenárias e auxiliares na formação dos exércitos de uma república ou principado. Essa idéia é, primeiramente veiculada no *Príncipe* e, após, mais desenvolvida nos *Discursos*.

O perigo das tropas auxiliares e mercenárias é imenso para uma república. Isso porque o soldado mercenário e o componente das tropas auxiliares não têm qualquer vínculo cívico com a cidade para a qual trabalham. Faz da guerra a sua profissão e, por isso, a cidade sempre está nas suas mãos.

Primeiro, porque, conforme explica Pocock, “(...) um mercenário sem lar com exceção do acampamento pode vir a se tornar instrumento da tirania sobre a

³⁰ AMES, José Luiz; *Artigo Religião e política no pensamento de Maquiavel*; Kriterion: Revista de Filosofia; nº 113, Belo Horizonte, 2006.

³¹ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*; São Paulo; Martins Fontes; 2008; p. 25 3ª ed.

cidade onde foi convocado para defendê-la (...)”³², pois é “(...)um soldado que não é nada além de um soldado é uma ameaça a todas as outras atividades sociais, como também para si próprio.(...)”³³

O soldado mercenário, por não ter qualquer vínculo com a cidadania e por fazer da guerra a sua profissão é corrompido e, portanto, não se importa muito com o bem da cidade, mas só com o seu soldo. Dessa forma ele pode facilmente virar instrumento da tirania e oprimir, com a força das armas, a própria cidade que o contratou, a qual fica nas suas mãos.

O soldado mercenário, diferentemente do cidadão, não quer que a guerra termine, pois é dela que tira seu sustento. Além disso, ele não tem a coragem de um soldado cidadão, tendo em vista que logo no início dos combates sangrentos ele se entrega ou foge. Desta maneira, os soldados mercenários, além de não serem bons soldados, ainda são uma ameaça constante contra a república que só tem eles como meio de defesa. Isso porque, como já dito, eles não se importam de fazer o mal à cidade, desde que levem vantagem para isso.

É por isso que o bom soldado, na teoria maquiaveliana, assim como seu comandante, devem ser todos cidadãos. E Pocock³⁴ completa dizendo que estes cidadãos devem ser autônomos, ou seja, devem ter uma casa e uma economia própria diferente do exército. Deve, ainda, ter ser um cidadão com direitos de participação política na república, pois, desta forma, ele irá se importar com a cidade e saber que a guerra não é um fim em si mesma.

Ele irá saber que a guerra serve para a defesa da sua pátria e por isso terá vontade de vencê-la o mais rápido possível para voltar para sua cidade e sua família. Quanto mais rápido acabar a guerra melhor para a sua república. E, por

³² Trecho livremente traduzido da seguinte parte do original: (...) a mercenary with no home but the camp may become the instrument of tyranny over the city was hired to defend. POCOCK, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 201

³³ Trecho livremente traduzido da seguinte parte do original: (...) A soldier who is nothing but a soldier is a menace to all other social activities and very little good at his own. POCOCK, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 201

³⁴ POCOCK, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 199/200

outro lado, os soldados que são cidadãos, e estão envolvidos com o sentimento cívico, são de maior bravura, porque tem maior estímulo para arriscar sua vida do que um mercenário. Este só luta por um misero soldo, enquanto aquele por sua liberdade e de seus compatriotas.

As tropas auxiliares, a outro turno, conforme explica o secretário florentino no capítulo XIII, do *Príncipe*, são aquelas cedidas por outra república ou principado para o seu auxílio. Essas tropas são perigosíssimas, pois os seus soldados devem lealdade a um Estado diferente, de forma que, com uma simples mudança de humor do seu comandante, não hesitarão em se voltar contra a república que antes estavam a defender.

A república que depende dessas tropas auxiliares acaba ficando na mão do Estado que as comanda e, com isso, perde sua liberdade e sua *virtù*.

Visto isso, é digno de nota que Maquiavel no *Príncipe* defendeu, de forma contundente, que somente com as armas seria possível a um príncipe conquistar e manter seu principado, bem como preservar a segurança e a paz de uma comunidade. Sobre o tema vale citar trecho do capítulo VI do *Príncipe*:

Devemos convir que não há coisa mais difícil de se fazer, mais duvidosa de se alcançar, ou mais perigosa de manejar do que ser introdutor de uma nova ordem (...)

É necessário, portanto, para bem compreender este assunto, examinar se estes inovadores dispõem de meios próprios ou dependem de outros, isto é, se para realizar a sua obra precisam pedir ou podem forçar. No primeiro caso, acabam sempre mal e não conseguem nada; mas, quando dispõem de seus próprios meios e podem forçar, é raro que fracassem. Segue-se daí que todos os profetas armados vencem, enquanto os desarmados se arruinam (...)³⁵

Portanto, no *Príncipe*, em uma primeira análise, o exército é posto como um meio para a ascensão ou manutenção do príncipe no poder. Esse exército, segundo Maquiavel, deveria ser usado, principalmente, para se conseguir manter o governo a despeito de toda a instabilidade causada pela fundação do principado novo.

Também nos Discursos Maquiavel, repete o tema, afirmando que as tropas próprias são essenciais também para as repúblicas, pois “(...) as repúblicas

³⁵ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*; São Paulo; Martins Fontes; 2008; p. 25 3ª ed.

modernas que não têm soldados próprios para a defesa e o ataque devem se envergonhar (...)”³⁶. Como demonstrou-se antes, na teoria de Maquiavel, as repúblicas novas passam por grandes problemas de estabilidade, assim como os principados novos.

Conforme afirma Maquiavel, sem armas, por mais razoável que seja a ordem do príncipe ou da república, não se conseguirá fazer aqueles que tiverem seus interesses atingidos a respeitarem. O secretário florentino assevera, com propriedade, que “não é razoável que um homem armado obedeça de bom grado a quem esteja desarmado”³⁷.

É certo que aquelas pessoas detentoras de poder, até mesmo chefes de pequenas milícias, se forem prejudicadas por algum decreto do novo príncipe, por certo, não o obedecerão, desde que se considerem aptos a resistir a suas parcas forças. Como afirma Maquiavel, o soberano que não tem ou não usa sua milícia para se impor é tido como desprezível.

No entanto, não é qualquer milícia que o secretário florentino vê como boa para a proteção do governo. Para ele só a milícia formada por súditos, no caso do príncipe, seria apta a proteger o governo estabelecido e, com isso, resguardar a segurança e a paz social.

Isso porque, as pessoas, repetindo mais uma vez, habitantes de um principado, teriam sua responsabilidade cívica, seu sentimento de amor à pátria, para defender sua cidade, seus parentes, seus bens e sua comunidade. Com esses súditos armados, os quais teriam o sentimento patriótico no peito, se formaria um exército digno de *virtù* e respeito, tendo em vista que tais soldados estariam dispostos a dar suas vidas para a defesa de sua cidade.

Essa construção, a da *virtù* armada, que Maquiavel põe a favor do soberano no *Príncipe* é utilizada posteriormente, colocando-a a serviço de sua verdadeira convicção: a da defesa da liberdade republicana. Nos *Discursos*, fica

³⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 79 1ª ed

³⁷ MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*; São Paulo; Martins Fontes; 2008; p. 69 3ª ed.

claro que o secretário florentino coloca a defesa da liberdade acima de qualquer outro valor.

Assim, aqui há uma mudança de enfoque. Os súditos do *Príncipe* se transformam em cidadãos que querem, a qualquer custo, manter sua liberdade. A milícia cívica seria formada com o armamento dos cidadãos da república, os quais, eles próprios, “doariam” parte de seu tempo para a defesa da mesma.

Dessa maneira, o exército de cidadãos está diretamente ligado à cidadania e, através deles, a defesa da liberdade é feita em duas vertentes.

Uma delas é a defesa contra ameaças externas, ou seja, contra a invasão por exércitos pertencentes a outros países ou cidades-Estado. É a defesa da soberania, ao direito daquele povo de escolher seus próprios rumos sem qualquer interferência. Já a segunda vertente é a defesa da liberdade das pessoas dentro da própria sociedade e do regime político, o que se dava através da luta contra qualquer tentativa de imposição de um governo tirânico.

Destarte, quando Maquiavel fala de povo em armas nos *Discursos* faz apologia à cidadania, ao povo controlando seus próprios rumos. Exalta o cidadão armado, que doa sua vida para a defesa da liberdade, da manutenção do regime popular como essência do regime republicano.

Explica Maquiavel, enriquecendo o raciocínio do *Príncipe*, que somente com as armas é possível a uma república, a um regime popular, se manter. Escolhe, então, o povo para portar essas armas e o coloca como guardião da liberdade.

Só com as armas é possível impor aos descontentes que aceitem o regime democrático ou qualquer outro regime, esse é o realismo que Maquiavel costumeiramente adota. Sempre haverá aqueles que, por ganância e sede de poder, irão querer se beneficiar com a troca do regime para a tirania ou oligarquia. Para defender a liberdade contra tais homens, somente a *virtù* armada, o povo em armas, a máxima cidadania.

Como bem afirma o secretário florentino, os homens costumam ser ingratos e egoístas, de forma que as pessoas boas, se quiserem se garantir contra

aqueles, precisarão sempre estarem atentas e terem meios de proteção e de defesa adequados. Para manter uma república, um governo livre e popular, contra tais pessoas apenas com a força das armas.

Sobre o tema Quentin Skinner faz interessante comentário:

(...)A figura aristotélica do cidadão armado e independente, desejoso de bater-se por suas liberdades assim como de legislar em defesa delas, volta dessa forma ao centro da cena política.(...)

As mesmas conclusões recebem o endosso de Maquiavel, nos *Discursos*. Reconhece – em mais de uma referência a *O Príncipe* – que “dissera em outro lugar que a segurança de todos os Estados está baseada na boa disciplina militar, e que onde esta não existe não pode haver boas leis, nem coisa alguma que seja boa”(p. 491). (...) Insiste: como ora “não se despertar que o amor necessário nem o entusiasmo igualmente necessário”, exceto num exército de cidadãos, segue-se que “se alguém desejar conservar uma forma de Estado” – tanto faz que seja uma república ou principado – será essencial “armar-se com os próprios súditos”(p. 218).³⁸

O próprio povo armado, guardando sua liberdade e garantindo que nenhuma força ou homem corrupto atrapalhe o processo de modificação constante do real que acontece em um regime popular. Modificações que atendem à efetiva vontade das massas, o trabalho vivo, sem qualquer elemento de transcendência.

Essa noção de povo armado no controle da liberdade faz ainda com que a tese de Maquiavel fique ainda mais interessante. Isso porque, em *O príncipe*, ele afirma, peremptoriamente, que é melhor para o soberano se fazer temido que amado pelo povo, na medida em que com o temor ele garantia a obediência deste. Explica que é impossível fazer com que as pessoas lhe amem, mas é perfeitamente possível fazer com que lhe temam.

Nos *Discursos*, o conceito do povo em armas, em defesa da liberdade e da república, se apropria completamente dos mecanismos de defesa do governante criados no *Príncipe*, no entanto, naquele esses mecanismos são postos a favor do regime popular. Extrai-se dos *Discursos* que na Roma antiga, a república sempre foi forte e vigorosa, porque o povo, além de ter um forte sentimento cívico, era extremamente guerreiro.

³⁸ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo; Companhia das Letras; 2009; p. 193/194

O povo em Roma tinha tanto amor àquela cidade, ao bem comum, que não deixava vivo qualquer lastro de corrupção que começasse a surgir nas suas instituições. Com os tumultos, as revoltas, logo davam jeito de punir ou tirar do cargo cidadãos corruptos que estivessem a contrariar os interesses daquela próspera república. Nas palavras de Quentin Skinner, tem-se que:

(..) os exemplos mais reveladores são os que pretendem mostrar que o povo romano, como um todo, detinha essa mesma qualidade de *virtù*. Tão grande era a sua *virtù*, afirma Maquiavel, que, “para todos eles, o amor a seu país pesava mais do que qualquer outra consideração”(p. 428).(...) E era tão acentuado seu empenho em “manter a própria integridade” e defender o bem da pátria que todos os chefes se viam obrigados a tomar o máximo de cuidado para “evitar o menor indício de ambição, caso em que a população não deixaria de atacá-los”(186).³⁹

Em vista disso, os governantes tinham que agir com cuidado, pois tinham temor das reações daquele povo a atos que tencionassem por em jogo a liberdade popular ou a saúde da república. Em síntese, Maquiavel afirma que aquela república era sadia, porque não era o povo que temia o governante, mas sim os governantes que temiam o povo.

Assim, república sadia é aquela em que o povo é armado e que causa temor nos governantes. Governantes que temem o povo são incentivados a fazerem um bom governo.

Mas, além desse papel, as armas, quando utilizadas através de um exército composto por soldados do próprio povo, ainda têm outra função importante que é a educação, a integração da pessoa na república, o que aumenta o seu sentimento cívico. O exército serve para transformar habitantes da república em verdadeiros cidadãos.

E isso, porque o sentimento cívico no cidadão surge quando ele participa da república, decidindo seus rumos e, também, cumprindo encargos cívicos. Essas tarefas geram no cidadão um sentimento de aproximação com o público, com o coletivo, gerando a integração necessária à vida na república.

O encargo que pode mais integrar o sujeito a uma república é o exército, porque ele é a maior incumbência, onde o cidadão, juntamente com seus

³⁹ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo; Companhia das Letras; 2009; p. 197.

compatriotas e integrados com eles, coloca a sua vida em risco no campo de batalha pela defesa de sua liberdade e pela de seus companheiros. Além disso, a disciplina militar ajuda a educar os soldados, ensinamento que pode ser levado para vida como cidadão.

A respeito vale citar José Luiz Ames:

A formação de um exército popular pode gerar nos cidadãos um conjunto virtudes essenciais à vida política: patriotismo, sentido de responsabilidade, solidariedade. Enfim, a educação para a vida militar forma no fim das contas o "bom cidadão": renúncia ao interesse próprio em favor do público, espírito de sacrifício, inclusive de morrer se necessário, moderação e cultivo de uma vida simples e sem luxo, sem ócio e costumes corrompidos.⁴⁰

E é exatamente essa integração com a república, onde os soldados vão à guerra com o sentimento de defender sua liberdade, que nos leva ver um dos motivos pelos quais Maquiavel diz que a república popular é o melhor dos regimes. Os exércitos da república são muito mais combativos, pois os soldados darão de tudo para defender sua liberdade e de seus compatriotas. Como já se disse no capítulo 1, a liberdade é como um diamante bruto que nasce dentro de cada um e, depois de lapidado, deixa uma marca vitalícia no sujeito.

Traz-se à baila os ensinamentos de Newton Bignotto:

(...) quanto maior é a participação popular nos negócios do Estado, mais o povo se sente preocupado com seus problemas, mais participa das decisões, com mais vontade se lança numa guerra. (...)

A análise da questão militar mostra-nos que é defendendo a pátria dos ataques externos que o povo atinge o maior grau de participação nos negócios da cidade, mas essa forma de integração só tem sentido porque é uma forma radical de relação com o Estado (...)⁴¹

Assim, pode-se extrair de Maquiavel, que o povo em armas tinha papel máximo na defesa da liberdade e do próprio regime democrático. Democracia, *virtú* armada e bom governo se apresentam, portanto, como conceitos incindíveis, sendo cruciais para a compreensão da teoria política de Maquiavel.

⁴⁰ AMES, José Luiz; *Artigo: Maquiavel e a educação: a formação do bom cidadão*; trans/Form/Ação vol.31 no.2 Marília 2008

⁴¹ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*; São Paulo; Edições Loyola; 1991 p.159 e 161

2.5

Dissenso-Conflitos

Um elemento político essencial na teoria Maquiavelina é o dissenso, o qual se trata de uma característica muito importante em um governo popular.

Ao asseverar que foi o dissenso entre a plebe e o senado, travado na república Romana, que fez com que esta fosse tão próspera e duradoura, Maquiavel vai contra todos os escritores políticos florentinos de seu tempo e de seu passado próximo. Isso porque, todos os pensadores políticos das escolas anteriores ao secretário florentino, sustentavam que o dissenso, expresso através das facções, era a principal ameaça à liberdade republicana.

Veja-se a este respeito a posição de Quentin Skinner:

“Insistir, assim, na espantosa sentença (para usarmos a fórmula de Maquiavel) de que “os tumultos merecem o maior louvor” não resultava apenas em destoar da admiração então corrente pela constituição veneziana; implicava, também, pôr em questão uma das convicções mais arraigadas de toda a história do pensamento florentino. (p. 114; cf. Pocock, 1975, p. 194)”⁴²

A tese de Maquiavel aduzia que o senado e o povo de Roma, cada um, queria na política, favorecer seus interesses e aprovar leis que beneficiassem sua classe. Essas leis de classe geravam sempre a oposição do segmento prejudicado, que lutava, de forma ferrenha, para sua não aprovação.

Assim, dificilmente o senado ou os plebeus conseguiam aprovar leis que iriam contra o interesse público, pois uma classe acabava barrando os interesses segmentários da outra. Disso resultava, após tumultos e discussões acirradas, a aprovação da lei que fosse melhor para o bem comum e para a república.

Sobre o tema, mais uma vez vale trazer à colação Quentin Skinner:

Conclui, assim, que “aqueles que condenam as querelas entre os nobres e a plebe” na antiga República de Roma estão “reclamando exatamente das coisas que foram a principal causa de Roma conservar a liberdade” (p.113): pois não conseguem reconhecer o fato de esses conflitos servirem ao mesmo tempo para

⁴² SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno* São Paulo; Companhia das Letras; 2009; p. 202.

descartar todos os interesses meramente segmentários e para garantir que os únicos projetos a se converter em lei fossem aqueles destinados a beneficiar a comunidade como um todo.⁴³

Esse fato só era possível, segundo se extrai dos *Discursos*, porque o povo Romano ainda não estava corrompido, de forma que tanto a plebe, quanto o senado (nobreza) queriam o bem da república. Assim, como toda a população estava incluída na arena política, era possível que sempre se resolvesse o problema por meio de decisões políticas.

E essa não corrupção advém da boa educação, ou seja, dos bons costumes cívicos adquiridos pela grande integração do cidadão na comunidade política, participando dos cargos públicos, das boas leis, da força dos mandamentos da religião e, por que não, da milícia popular. Como se viu anteriormente, essas instituições, quando são bem elaboradas, aproximam o povo da república tornando-os bons cidadãos, os quais colocam o bem comum acima do seus interesses particulares.

Pocock entende nesse exato sentido:

(...)e a partir de *buona educazione* que Maquiavel parece deduzir a relativa falta de derramamento de sangue do conflito civil e do progressivo aperfeiçoamento da constituição, forma pela qual os conflitos foram resolvidos. Liberdade, virtude cívica e disciplina militar parecem assim existir numa relação mais próxima uma a outra.⁴⁴

Dessa forma, os tumultos e discussões sempre acabavam com a aprovação de uma lei ou com a criação/dissolução de instituições. Tais leis/ instituições, por serem resultado da discussão política das duas classes, sempre acabavam em um bom resultado para a cidade, pois uma classe era a “fiscal” da outra.

Sobre o tema afirma Maquiavel que “na república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem a favor da

⁴³ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo; Companhia das Letras; 2009; p. 201.

⁴⁴ Trecho livremente traduzido da seguinte parte do original: (...) and from it's *buona educazione* Machiavelli seems to deduce the relative bloodness of civil conflict and the progressive improvements of the constitution by whicj conflicts were resolved POCOCK, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 196

liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma”⁴⁵.

Aliás, o que se extrai dos *Discursos* é que, a partir do momento em que havia caminhos para o escoamento dos conflitos, dificilmente ocorria derramamento de sangue ou tumultos muito violentos. Segundo Maquiavel o povo, quando se rebelava ele se unia para “(...) gritar contra o senado, (...) a correr em tumulto pelas ruas, a fechar o comércio, a sair toda a plebe de Roma (...)”⁴⁶.

Desta maneira, o que se entende é que, uma cidade que deseja ser realmente livre deve abrir vias para dirimir seus conflitos dentro de um campo político. Assim, a discussão pode ser travada dentro dos meios abertos pela própria república, sem precisar de assassinatos, exílios etc.

Sobre o tema Maquiavel afirma:

(...)toda cidade deve ter seus modos para permitir que o povo desafogue sua ambição, sobretudo as cidades que queiram valer-se do povo para coisas importantes; a cidade de Roma, por exemplo, tinha este modo: quando o povo queria obter uma lei, ou fazia alguma das coisas citadas ou se negava a arrolar seu nome para ir à guerra, de tal modo que, para aplacá-lo, era preciso satisfazê-lo em alguma coisa.

Maquiavel não vê a sociedade como um todo homogêneo, mas sim um conjunto onde há grupos diferentes e com interesses distintos. E ele sabe que é impossível, dentro de um campo de imanência, tornar a totalidade do grupo homogêneo. A diferença de opiniões e pensamento é algo que existe em toda sociedade e, as teorias que tentam tornar a sociedade homogênea não lidam com o real, mas acabam ficando totalmente no campo da transcendência.

Aliás, o secretário florentino tem uma visão inteiramente original dos conflitos que ocorrem no interior da sociedade, pois sabe que “a guerra aqui não significa pura negatividade, ela aponta para o verdadeiro ponto de partida de toda reflexão sobre a política, que é a existência de desejos opostos na ‘polis’.”⁴⁷ Assim é que a política é saber lidar com a diferença.

⁴⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 22 1ª ed.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*; São Paulo; Edições Loyola; 1991 p.86

Dáí que, fazendo uma leitura em conjunto de todos os valores até aqui explanados, chega-se à conclusão de que onde se tem liberdade e igualdade, no mínimo política, devem existir meios institucionais para que se travem as discussões a respeito dos interesses de classes, reivindicações de direitos, para que façam as acusações, etc.

Mas, também, se pode chegar à conclusão de que, quando esses caminhos ainda não estão abertos, somente através da luta e dos tumultos se produzirá boa ordem. Ora, não há liberdade e nem igualdade se não há meios para que os diversos segmentos sociais possam reivindicar seus direitos e fazer acusações.

Sobre isso Maquiavel é taxativo ao elogiar os tumultos da Roma antiga:

(...) não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de *virtù*; porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação, das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem a exílios ou violências em desfavor do bem comum, mas sim a leis benéficas à liberdade pública.⁴⁸

Nesse sentido, inclusive, pode-se citar Newton Bignotto, quando afirma que “uma sociedade que não é mais capaz da (*sic*) canalizar seus conflitos por mecanismos legais, não é mais uma sociedade livre.”⁴⁹

Aliás, no que diz respeito aos tumultos, parece existir uma grande diferença entre o que prega Maquiavel e o que defendiam os escritores políticos de sua época. É que Maquiavel, como se viu, defende que esses tumultos são benéficos em uma sociedade não corrompida, onde se preocupa, acima de qualquer outra coisa, com o bem comum.

Desta maneira, em Roma os tumultos buscavam uma maior liberdade política para o povo e uma igualdade de direitos com a nobreza. Em síntese, se buscava uma república livre e igual.

Já em relação aos tumultos ocorridos nas cidades italianas da época de Maquiavel, o chamado faccionismo, pode-se dizer que muitas vezes as facções buscavam seus interesses individuais acima do bem comum. Além disso, não

⁴⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 22 1ª ed

⁴⁹ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*; São Paulo; Edições Loyola; 1991 p.88

raras vezes, ao assumir o governo, uma facção excluía da política os cidadãos pertencentes ao grupo inimigo.

Eram, inclusive, esses conflitos de facção que os contemporâneos de Maquiavel muitas vezes utilizavam para exemplificar que o dissenso é o pior dos males de uma cidade.

Só que o caso de Roma, se bem observada a teoria de Maquiavel, é muito diferente do caso de Florença e das repúblicas italianas do século XV e XVI. Isso porque, em Roma a população, por ser composta por alto grau de civilidade, agia sempre sem grande violência, usando meios adequados para resolver os conflitos. E, acima de tudo, a plebe, quando protestava queria conquistar direitos, expandir mais sua liberdade e igualdade com a nobreza, e não subjugar a nobreza, tirando seus direitos políticos ou a exilando da cidade.

O faccionismo, por outro lado, visava interesses de grupos, os quais buscavam, como já dito, “destruir” o grupo inimigo, o que se dava através de enfrentamentos violentos, exílios, perda de direitos políticos dos vencidos etc. Os grupos formados pelas facções estavam mais interessados em fazer valer seus interesses sobre o todo do que buscar uma solução que fosse boa para todos os segmentos. Por isso, os conflitos de Roma não podem ser comparados com os da Itália da época de Maquiavel, porquanto nesta não havia educação cívica, não havia integração e, portando, não havia cidadania.

Sobre o tema discorre Helton Adverse:

a divisão entre os desejos (...) em Florença (...) enfraqueceu o corpo político devido à impossibilidade de se resolver as diferenças por meios "ordinários". Em Roma, as divergências se resolvem "disputando", enquanto em Florença os cidadãos "combatem". "Disputar" e "combater" são dois meios inteiramente distintos para se resolver as discórdias: o primeiro envolve os mecanismos institucionais, ao passo que o segundo consiste sempre em uma ação de caráter privado. Sendo assim, "disputar" implica uma universalização na medida em que os adversários estão comprometidos com um mesmo conjunto de regras, logo envolve algum grau de consenso, daí a referência que faz Maquiavel à lei. Por outro lado, "combater" é sempre da ordem da particularidade e os adversários se enfrentam em campos opostos, um lutando para sobrepujar o outro.¹⁵ A universalidade, nesse caso, somente será atingida como expansão da particularidade ou como homogeneização: o que significa a eliminação do outro.

Para Maquiavel, é esse o mal que acomete Florença: aí a divisão original "seitas",¹⁶ impedindo o fortalecimento do tecido social(...)⁵⁰

Desta forma, como em Florença se estava em uma sociedade corrompida e, além disso, que não protegia o valor da liberdade ao excluir direitos políticos de cidadãos, não se poderia mesmo extrair algo bom desses tumultos.

Portanto, não parece que o faccionismo das cidades italianas possa ser comparado com os tumultos que Maquiavel coloca como essenciais à prosperidade da república e à manutenção da liberdade.

2.6

Corrupção

A questão da corrupção em Maquiavel está ligada com o bem comum, com a igualdade e com a participação dos cidadãos nos processos de decisão da república. A corrupção seria um processo natural de degradação a que todas as repúblicas estariam sujeitas a sofrer, degradação que as levaria a chegar ao fim.

Não há, no entanto, na teoria de Maquiavel um determinismo a esse respeito. Apenas parece que o secretário florentino considera que todas as coisas um dia chegam ao seu fim, que tudo no mundo, inclusive as repúblicas, tem um tempo de duração.⁵¹ Mas quanto tempo? Isso não se sabe, pois não há um tempo predeterminado em Maquiavel. Aliás, isso fica claro para nós no capítulo 2, do livro I, e no capítulo 18, do livro 3, ambos dos Discursos, quando Maquiavel afirma que as repúblicas tem vida finita⁵².

Sobre isso, Newton Bignotto diz que “a corrupção descreve o processo necessário de degradação de todas as cidades, mas não que essas cidades estarão submetidas a mudanças cíclicas em suas constituições.”⁵³

⁵⁰ ADVERSE, Helton, *Artigo: Maquiavel, a república e o desejo de liberdade*, Trans/Form/Ação vol.30 no.2 Marília 2007

⁵¹ “(...) é impossível ordenar uma república perpétua, porque sua ruína pode ser causada por mil vias imprevistas.” MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 378 1ª ed

⁵² Ver citação do trecho em análise no capítulo 1, no tópico sobre *virtù* e o tempo.

⁵³ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*; São Paulo; Edições Loyola; 1991 p. 210

A corrupção seria, então, um processo em que os cidadãos se afastariam dos valores cívicos e perderiam, de uma forma geral, a noção de integração pela busca do bem comum. Nesse caso, as pessoas começariam, em um processo individualista de viver, a colocar o seu interesse pessoal na frente do bem comum.

Para que os cidadãos tenham chegado nesse processo de corrupção é preciso que os mecanismos de educação cívica tenham falhado, ou seja, as leis, a religião e as armas tenham parado de fazer seu efeito educador e integrador dos cidadãos.

Mas como isso aconteceria? Ora, quando se estudou o tempo em Maquiavel, se pode ver que em sua teoria o homem vive em um mundo em movimento, de forma que as leis da política e da religião têm constantemente que se adaptar aos novos tempos, sob pena de não conseguirem mais atingir o seu papel.

Já as armas, elas só tem utilidade se usadas em composição com as leis e a religião, pois a violência pura não consegue resolver a situação por muito tempo. E, sem a educação da religião e das leis, o exército de cidadãos também acaba se corrompendo.

A corrupção é um processo que vai surgindo vagarosamente, mas é muito difícil de ser detectado em seu começo. Quando se percebe que o povo está se corrompendo, geralmente já é muito tarde. Após a corrupção do povo Maquiavel não vê quase nenhuma chance de recuperação da república, sendo que sua ruína será inevitável.

Então, a única saída para evitar a corrupção é a refundação, nome que Maquiavel⁵⁴ dá ao que chama de retorno aos princípios da república. Esse retorno aos princípios não seria uma cópia histórica da origem da república, mas sim a ocorrência de mudanças radicais nas instituições da república para adequá-la às mudanças do tempo e, com isso, fazer com que as instituições voltem a refletir e fomentar a igualdade, liberdade e integração dos cidadãos.

⁵⁴ Ver capítulo I, do Livro III, dos *Discorsi*

Essa refundação, como o secretário explica no capítulo I, Livro III, dos Discursos, deve ser feita em espaços não muito longos, pois, como a corrupção só é detectável muito tarde, não se pode deixar que a república chegue a esse ponto.

Entendia, assim, que a principal causa da corrupção “(...)provém de uma desigualdade existente na cidade(...)”⁵⁵. Por isso, entendia que o ideal era que os habitantes de uma cidade fossem pobres. Explica que a cidade, a república, deve ser rica⁵⁶, mas seus cidadãos individualmente considerados não devem ter condição abastada.

Isso porque, Maquiavel entende que a riqueza deixa os homens ambiciosos e egoístas⁵⁷. Desta maneira, estes tendem a deixar de pensar no bem comum e começar a agir dentro da república apenas para promover seus interesses individuais.

Além disso, homens nessa situação, quebram a igualdade, preconizada por Maquiavel como essencial para a liberdade. Igualdade que não deveria ocorrer apenas nos direitos políticos, mas também no campo social. Os cidadãos deveriam viver em situação de possessões não muito distantes,

É certo que a desigualdade causada pela riqueza de alguns, gera um conflito que provoca, de um lado, a ambição dos ricos que querem cada vez mais e, de outro, a inveja de muitos dos pobres, os quais almejam a divisão daquela riqueza. Disso se origina a corrupção de um povo.

A exemplo disso, temos o povo da república Romana, que sempre buscou o bem comum acima de qualquer outro interesse privado, e acabou se corrompendo por causa das brigas em torno da lei agrária⁵⁸. Por causa desta os ricos, com seu egoísmo, queriam proteger seus bens a qualquer custo e, os pobres, queriam sua aplicação com a divisão daqueles bens.

⁵⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 71 1ª ed

⁵⁶ Ver capítulo 37, do livro I, dos *Discursos*, onde Maquiavel afirma que “as repúblicas bem-ordenadas devem manter rico o público e pobres os seus cidadãos(...)”.

⁵⁷ Ver capítulo 37, do livro I, dos *Discursos*

⁵⁸ Lei que previa que ninguém poderia ter terras maiores que uma certa metragem. Ver Maquiavel, *Discursos*, capítulo 37, livro I.

Desta forma, para o secretário florentino, a riqueza privada é um mal a uma república, porque afeta a igualdade, que é valor fundamental à preservação da liberdade. Mais do que isso, a pobreza, segundo defende, por manter vivo nos homens a humildade e o interesse voltado para o bem comum, traz alta *virtù* e prosperidade à república⁵⁹.

A questão da corrupção pode ser vista, inclusive, em relação aos desejos, ou seja, quando o desejo do povo se iguala ao desejo de ambição dos nobres, não se busca mais o bem público e a cidade chega à sua ruína. Esse ponto é defendido por Helton Adverse:

Por isso Maquiavel pode atribuir a responsabilidade pela grandeza ou decadência *ao desejo do povo(...)* Se o povo passa a desejar *como* os grandes, isto é, quando se torna ambicioso, preocupado apenas em satisfazer seu próprio interesse, em detrimento do bem comum, então a república está com os dias contados. Desfecho catastrófico da oposição fundamental: o humor do povo se igualou ao dos grandes.⁶⁰

É por isso que, como vimos no capítulo sobre a igualdade, Maquiavel critica duramente os *gentis-homens*, tendo em vista que estes quebram a igualdade de uma sociedade e retiram a autonomia dos cidadãos. Sem autonomia não se pode falar em cidadania nem em liberdade, mas somente em servidão.

Assim é que a pobreza, por manter longe os interesses individuais, fazia com que os cidadãos romanos tivessem um grande sentimento cívico e, ao invés de querer buscar o luxo, buscavam a glória através da prática de grandes feitos nos cargos públicos. Assim, a pobreza dá aos cidadãos um sentimento de amor ao público e uma identificação maior com o bem comum da cidade.

Inclusive, como já vimos antes, Maquiavel, em matéria política, entende que o bem comum é o maior valor a se preservar. No caso da república, esse bem comum se identifica com proteção da liberdade. Tal concepção do secretário florentino, onde o bem comum deve estar acima dos interesses pessoais do cidadão, pode ser visto claramente no exemplo que ele dá da república Romana, onde os cidadãos de *virtù* costumavam deixar de lado seus sentimentos pessoais para o bem de Roma, confira-se:

⁵⁹ Ver capítulo 25, do livro III, dos *Discursos*

⁶⁰ ADVERSE, Helton, *Artigo: Maquiavel, a república e o desejo de liberdade*, Trans/Form/Ação vol.30 no.2 Marília 2007.

Márcio era cônsul e comandava o exército contra os samnitas, quando foi ferido num recontro; como isso pusesse seus homens em perigo, o senado houve por bem enviar o ditador Papírio Cursor para suprir a falta do cônsul. Mas era necessário que o ditador fosse nomeado por Fábio, que era cônsul e estava com os exércitos na Toscana. Como os dois fossem inimigos e se desconfiasse que Fábio não quiereria nomeá-lo, os senadores enviaram dois embaixadores para lhe pedirem que deixasse de lado os ódios privados e, para o bem público, o nomeasse. E Fábio o fez, movido por amor [carità] à pátria, ainda que com seu mutismo e com muitos outros sinais desse a entender que tal nomeação lhe desagradava.⁶¹

Para clarear mais ainda a importância do bem comum numa república para Maquiavel, vale citar trecho do capítulo 2, do Livro II, dos *Discorsi*, onde o autor italiano diz que na república é essencial na busca do bem comum, confira-se:

Mas é de admirar acima de qualquer coisa a grandeza a que chegou Roma depois que se libertou dos reis. É fácil entender a razão, pois o que engrandece as cidades não é o bem individual, e sim o bem comum. E, sem dúvidas, é esse bem comum que é observado nas repúblicas, porque tudo que é feito, é feito para seu bem, e mesmo que aquilo que se faça cause dano a um ou outro homem privado, são tantos os que se beneficiam que é possível executar as coisas contra a vontade dos poucos por elas prejudicados.⁶²

É preciso dizer, ainda, que Maquiavel, como já se viu antes, estende esta qualidade da busca do bem comum do cidadão para o sujeito coletivo, eis que, em algumas passagens, cita alguns casos em que o povo abriu mão de um interesse seu pelo bem da cidade. Por exemplo, quando fala que o povo, em certa ocasião, conquistou o direito de fazer um dos seus integrantes cônsul. No entanto, não vendo ninguém de *virtù* entre seus componentes, adiou seu desejo e elegeu um nobre para o cargo, por este ser portador de *virtù*.

A quebra de igualdade, por certo, acaba afetando a participação das pessoas nos encargos da república e nas suas magistraturas. E sem participação com igualdade, acaba ocorrendo um afastamento do público por boa parte da população o que quebra a força e a integração da república.

Há assim um esvaziamento da *virtù* coletiva, o que acarreta a perda da liberdade e a ruína da república. Como bem diz Pocock “(...) considerando que o

⁶¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 452 1ª ed.

⁶² Ibid.; p. 187.

príncipe cuja *virtù* falhou perdeu seu *stato*, os cidadãos cuja república falhou perderam também sua virtude, no sentido de sua cidadania.”⁶³

Destarte, para que os cidadãos preservem sua liberdade e preservem o maior tempo possível a vida da república é preciso que ajam constantemente alterando as leis e as instituições para preservar a liberdade e a igualdade dos cidadãos o que, em última análise, preservará sua cidadania.

De tudo que se viu nesse capítulo 2 pode se perceber que a teoria de Maquiavel conecta a liberdade à igualdade e, às duas anteriores a cidadania. Só existirá uma república popular onde houver liberdade e igualdade. Para a preservação destes valores ele constrói todas as instituições vistas neste capítulo, ou seja, essas instituições têm a finalidade de preservar a *virtù* no povo e impedir o povo de se tornar corrupto ou de sofrer os revezes da fortuna.

⁶³ Trecho livremente traduzido da seguinte parte do original: (...)whereas the Prince whose *virtù* failed lost his *stato*, the citizens whose republic failed lost their virtue, in the sense of their citizenship. POCOCK, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 185